



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

DO ÓRGÃO

CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeito Municipal
Elias Dal' Col

Vice-Prefeito Municipal
Rogério Paulino da Silva

Secretária Municipal de Saúde
Ana Lúcia Alves Pereira

Controladora Geral
Claudineia Rodrigues



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Entidade: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ECOPORANGA/ES**

Gestor responsável: **ANA LÚCIA ALVES PEREIRA**

Exercício: **2018**

1. INTRODUÇÃO

Trata-se do Relatório de Atividades do Órgão Central de Controle Interno, com fundamento na Instrução Normativa TCEES nº 43/2017, cujo objetivo é apresentar as atividades executadas pela Controladoria-Geral do Município de Ecoporanga/ES no exercício de 2018.

Destacamos que a Controladoria Geral do Município neste período, possuía em seu quadro, 2(duas) servidoras, conforme quadro de pessoal abaixo:

Nome	Cargo	Formação	Vínculo
Claudineia Rodrigues	Controladora Geral	Ciências Contábeis	Comissionado
Fernanda Loures Silveira	Supervisor Administrativo	Engenharia civil	Comissionado

Passamos a apresentar as ações, procedimentos e análises executados por esta Unidade de Controle Interno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2. AUDITORIAS, AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Salientamos que a Controladoria Geral do Município ainda está em fase de adequação e não possui em seu quadro auditor interno. No entanto, as atividades foram exercidas efetivamente por meio de verificação, análise de conformidade de documentos, normas, processos, dentre outras manifestações.

A seguir apresentamos os pontos de controle analisados no **Fundo Municipal de Saúde de Ecoporanga**:

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Processos /documentos Administrativos analisados	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	- DEMCPA - Listagem de empenho	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos)	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	- DEMCPA - Listagem de empenho	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos)	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos)
1.2.4	Retenção/Repass e das contribuições previdenciárias parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	-DEMSE - Listagem de Pagamentos	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 425.059,40 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e nove reais e quarenta centavos)	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 425.059,40 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e nove reais e quarenta centavos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis, registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as reavaliações.	BALPAT INVMOV INVIMO INVALM INVINT	Bens em estoque (almoarifado) R\$ 332.248,70 (trezentos e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta centavos)	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque – almoarifado, compatíveis ao INVVALM, que apresenta o saldo de R\$ 332.248,70 (trezentos e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta centavos)
					Bens Móveis R\$ 2.526.778,47 (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos).	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis, compatíveis ao INVMOV, que apresenta o saldo de R\$ 2.526.778,47 (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos).
					Bens Imóveis R\$ 1.124.499,50 (um milhão, cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens imóveis, compatíveis ao INVIMO que apresenta o saldo de R\$ 1.124.499,50 (um milhão, cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)
					Bens Intangíveis R\$ 0,00	As demonstrações contábeis estão compatíveis ao INVINT que não apresenta valores a declarar.
1.3.3	Disponibilidade s financeiras, depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º do art. 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	EXTBAN BALPAT BALFIN TVDISP	Possui 29 contas bancárias distribuídas em 3 (três) intuições financeiras, quais sejam: BANCO DO BRASIL – 23 (vinte e três) contas com um montante de R\$ 4.230.339,34 (quatro milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos). BANESTES - 05 (cinco) contas com um montante de R\$ 866.453,41 (oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos).	Montante de R\$ 5.096.792,75 (cinco milhões, noventa e seis mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), distribuídos da seguinte forma: BANCO DO BRASIL – 23 (vinte e três) contas com um montante de R\$ 4.230.339,34 (quatro milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos). BANESTES - 05 (cinco) contas com um



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

					CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – 1(uma) conta que não dispõe de saldo em 31/12.	montante de R\$ 866.453,41 (oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos). CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - 1 conta que não dispõe de saldo em 31/12.
1.3.4	Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	EXTBAN BALPAT BALFIN TVDISP	Possui 29 contas bancárias distribuídas em 3 (três) intuições financeiras, quais sejam: BANCO DO BRASIL – 23 (vinte e três) contas com um montante de R\$ 4.230.339,34 (quatro milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos). BANESTES - 05 (cinco) contas com um montante de R\$ 866.453,41 (oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos). CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - 1 conta que não dispõe de saldo em 31/12.	Montante de R\$ 5.096.792,75 (cinco milhões, noventa e seis mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), distribuídos da seguinte forma: BANCO DO BRASIL – 23 (vinte e três) contas com um montante de R\$ 4.230.339,34 (quatro milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos). BANESTES - 05 (cinco) contas com um montante de R\$ 866.453,41 (oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos). CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - 1 conta que não dispõe de saldo em 31/12.
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	IN Regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Processo 2.714/2019	IN TC 43/2017 Anexo III, B - Contas Dos Ordenadores De Despesas Das Administrações Diretas E Indiretas Dos Poderes Executivos Municipais, Exceto Institutos Próprios De Previdência Social.	Os documentos apresentados estão em conformidade com a IN TC 43/2017 Anexo III, B - Contas Dos Ordenadores De Despesas Das Administrações Diretas E Indiretas Dos Poderes Executivos Municipais, Exceto Institutos Próprios De Previdência Social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2.2.34	Despesa auxílios, contribuições e subvenções.	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	- LDO - Lei Municipal Nº. 1.839, de 10 de julho de 2017. - LOA - Lei Municipal Nº. 1.860, de 15 de dezembro de 2017. - Lei Municipal Nº. 1.884, de 05 de abril de 2018.	R\$ 1.695.734,94 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos)	R\$ 1.695.734,94 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos)
2.2.35	Despesa subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	- Lei Municipal Nº. 1.884, de 05 de abril de 2018.	R\$ 1.695.734,94 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos)	R\$ 1.695.734,94 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos)
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	BALPAT DEMDIFD	A UG não possui passivos contingentes.	Não se aplica.
2.3.2	Dívida pública – precatórios pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	BALPAT DEMDIFD	A UG não possui passivos contingentes.	Não se aplica.
2.4.1	Transferências voluntárias exigências	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	DEMFOCA DEMVAPE	A UG não realizou transferências voluntárias para outro Ente da Federação.	Não se aplica.
2.5.4	Alíquota de contribuição de Recolhimento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	DEMCOSE DEMCPA FOLRGP FOLRPP	Patronal – R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos) Retidos do Servidor – R\$ 425.059,40 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e nove reais e quarenta centavos).	Patronal – R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos) Retidos do Servidor – R\$ 425.059,40 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e nove reais e quarenta centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2.6.3	Pessoal contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei Municipal 1.886 de 18 de maio de 2018.	Lei Municipal 1.886 de 18 de maio de 2018.	Art.1º
-------	---	-----------------------------	---	--	--	--------

2.1 Constatações e proposições

Dos procedimentos de controle realizados por essa unidade executora do controle interno, não foram detectadas inconsistências.

2.2 Ações e Outros Procedimentos

A capacitação do servidor público, têm adquirido atualmente grande importância, em uma realidade cada vez mais automatizada e requer das pessoas novas abordagens profissionais, exigindo-se novas competências.

Visando o melhor desempenho das funções foram proporcionadas as seguintes capacitações:

Mês	Tema
01/2018	Inovações na PCA – IN 43/2017 Curso Prático Sobre Relatórios de Controle Interno a Enviar ao TCE ES
12/2018	Folha de Pagamento Mensal – Envio ao TCE ES pelo Cidades

Destacamos a seguir algumas ações executadas por esta unidade de controle interno, neste exercício:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Produção de Relatórios e Pareceres Conclusivos no âmbito da prestação de contas anual encaminhada para o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Acompanhamento das Prestações de Contas Mensal do Fundo Municipal de Saúde de Ecoporanga
--

Monitoramento do CAUC - Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

Monitoramento do Portal da Transparência
--

3. Tomada de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados

Não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais e/ou Procedimentos Administrativos no exercício.

Ecoporanga/ES, 25 de março de 2019.

CLAUDINÉIA RODRIGUES
Controladora Geral do Município
Decreto 6.001/2017